



Pedro França/Agência Senado



Especialistas não veem a violência policial como ação deliberada contra a imprensa, e sim como fruto do despreparo das forças de segurança para tratar de manifestações de rua e grandes aglomerações

## Polícia não está pronta para lidar com jornalistas, dizem debatedores

Representantes de empresas e de profissionais de imprensa defendem melhor qualificação de policiais, principalmente para atuar em manifestações

Convidados para audiência do Conselho de Comunicação ontem apontaram que a violência policial ganhou destaque entre

as ameaças a jornalistas no país, especialmente em manifestações de rua.

Foi sugerida a criação de um observatório

sobre a violência contra comunicadores, que forneça estatísticas confiáveis e permita acompanhar medidas de enfrentamento. **3**

Luís Macedo/Câmara dos Deputados



Representantes da sociedade fazem manifestação no Congresso a favor do texto, que já foi aprovado e sancionado

especial  
**Cidadania**

### Batalha pela lei da internet continua mesmo após a sanção

Regulamentação do marco civil da rede, que entra em vigor no dia 23, exige atenção, advertem especialistas. **4 e 5**

Reprodução



### Jornal do Senado recebe prêmio **2**

### Senado acompanha investigações sobre morte de torturador **2**

### Renan recorre de decisão do STF sobre CPI e aponta "grave ingerência" **6**

### Comissão debate andamento da transposição do Rio São Francisco **8**

### Regras para criação de municípios aguardam liberação da pauta **8**

José Cruz/Agência Senado



Presidindo a audiência, Cristovam (2º à esq.) critica o uso de artifícios pelo governo na chamada contabilidade criativa

### Para especialistas, contas públicas mascaram realidade **7**

Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos, convidados apontaram manobras contábeis do governo para elevar o resultado do superávit primário. **7**

SEMINÁRIO

## DESAFIOS DA EDITORAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

7 E 8 DE MAIO DE 2014 - AUDITÓRIO DO INTERLEGIS

Publicações digitais, direitos autorais e mídias sociais são alguns dos temas do evento organizado pelo Senado, em comemoração aos 50 anos da Revista de Informação Legislativa. Descubra as novidades do mercado editorial e compartilhe conhecimento e experiências. Participe gratuitamente.

WWW.SENADO.LEG.BR/DESAFIOS



Senado Federal

# Morte do coronel Malhães leva senadores ao Rio

Membros da Comissão de Direitos Humanos vão hoje ao Rio de Janeiro acompanhar investigações sobre assassinato de militar ocorrido logo após depoimento à Comissão da Verdade do estado

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje diligências no Rio de Janeiro para acompanhar as investigações sobre a morte do coronel Paulo Malhães, assassinado em 25 de abril. Os senadores estarão às 8h30 na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Depois, às 11h, os integrantes da CDH se encontrarão com o chefe da Polícia Civil, Fernando da Silva Veloso, e com o delegado que investiga o caso, Pedro Medina. Ainda está sujeita a confirmação uma reunião, às 14h, com o secretário de Segurança Pública do estado, José Mariano Beltrame.

Participarão das diligências a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), e João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), presidente e vice-presidente, respectivamente, da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado. Os três senadores estiveram, há uma semana, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

— O ministro afirmou que a Polícia Federal acompanha o caso de perto e que ele próprio já havia conversado com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e com o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Também considerou importante a ida da CDH ao Rio de Janeiro — disse Ana Rita.

Para Randolfe, a morte de Malhães logo após depoimento à Comissão da Verdade do Rio



Depoimento do coronel Paulo Malhães (E) à Comissão Nacional da Verdade

de Janeiro deve ser cuidadosamente investigada, pois a hipótese de latrocínio parece pouco plausível, uma vez que a vítima se encontrava com a saúde debilitada e pouca ou nenhuma resistência poderia oferecer ao assalto. Ex-agente do Centro de Informações do Exército, Paulo Malhães depôs, em 25 de março, em audiência sobre a Casa da Morte de Petrópolis. Malhães admitiu que torturou, matou e mutilou corpos, para evitar a identificação, de pessoas que combatiam a ditadura.

## Temor

Segundo Capiberibe, a morte de Malhães atrapalha o trabalho de comissões da Verdade que apuram os crimes cometidos durante a ditadura militar, já que poderá “tolher a participação de outros pretensos depoentes, que certamente devem estar temerosos com esse episódio”.

— O coronel Malhães não

era um cidadão comum e esse crime levanta, no mínimo, algumas suspeitas que precisam ser investigadas. Na verdade, a expectativa que nós temos é de que se aprofundem as investigações para chegar à motivação do crime. É importantíssimo que a CDH acompanhe e que exija o aprofundamento e resultados concretos, pois ainda pairam muitas dúvidas — disse.

Capiberibe afirmou que, antes de a imprensa publicar qualquer coisa sobre o crime, o site *Verdade Sufocada*, vinculado ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra — que chefiou o Doi-Codi de São Paulo à época da ditadura —, deu a notícia sobre a morte do coronel Malhães. O senador salientou ainda que os assassinos teriam passado dez horas no sítio do coronel assassinado.

— Um ladrão comum trata de fugir do local do crime logo que ele tenha concretizado a sua vontade — declarou.

## Encarte especial do Jornal do Senado vence prêmio

O **Jornal do Senado** foi um dos vencedores do Prêmio Nacional de Jornalismo sobre Violência de Gênero, que é promovido pelo grupo feminista Casa da Mulher Catarina e tem o apoio, entre outras entidades, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República. O trabalho premiado foi o encarte “O Inferno das Mulheres”, publicado em 4 de julho de 2013.

O especial explica as origens da violência contra a mulher no Brasil, mostra como se criou a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e apresenta os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investigou o problema em 2012 e 2013. Apesar da lei, os assassinatos e espancamentos de mulheres crescem ano a ano no país.

O objetivo do Prêmio Na-



Dilma Rousseff recebe o encarte em sessão de entrega do relatório final da CPI

cional de Jornalismo sobre Violência de Gênero é valorizar o papel dos meios de comunicação nos “esforços para a prevenção, a punição e a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas no Brasil”. A premiação faz parte da campanha Jornalistas Dão um Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas.

O encarte do **Jornal do Senado**, que venceu na categoria Outras Mídias, foi produzido pelos jornalistas Cintia Sasse e Ricardo Westin. O prêmio será entregue no próximo dia 16, durante o Seminário Internacional sobre Mídia e Violência de Gênero, em Florianópolis.

Veja a edição especial premiada em [www.senado.leg.br/mariadapenha](http://www.senado.leg.br/mariadapenha)

## Anibal Diniz defende mais mulheres na política do país

Anibal Diniz (PT-AC) lamentou ontem em Plenário que, 82 anos após a conquista do voto feminino, a mulher brasileira ainda tenha participação pequena na política. O senador afirmou que isso precisa mudar, porque hoje o Brasil ocupa a posição de número 158 no ranking de participação feminina nos parlamentos, com um dos menores índices em todo o mundo — menor, inclusive, do que o de países árabes.

Anibal lembrou que de 1997 a 2014 a participação das mulheres no Congresso Nacional subiu de 6,6% para apenas 8,6%. Nesse mesmo período,



nos países árabes, a participação das mulheres no parlamento subiu de 3% para 17,8%.

Para melhorar essa situação, o senador defendeu a aprovação de projeto dele que destina uma das vagas do Senado para as mulheres nas eleições de renovação de dois terços da Casa.

— Quero fazer um apelo aos homens deste Parlamento, porque, se não houver o convencimento de que devem contribuir para o equilíbrio de gênero com a aprovação dessa matéria, vai ser muito difícil conseguir esse resultado — disse.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Licitação facilitada

14h A medida provisória que estende o Regime Diferenciado de Contratações para licitações e a que facilita repasses para prevenção e recuperação de áreas de risco de desastres trancam a pauta.

### PRESIDÊNCIA Saneamento

10h Renan Calheiros participa de cerimônia de contratação da terceira etapa das ações de saneamento do PAC 2 para municípios com até 50 mil habitantes no Palácio do Planalto; às 15h30, da reunião de líderes; e, às 16h, preside a ordem do dia.

### CMA Laudo médico para invalidez

8h30 A Comissão de Meio Ambiente tem na pauta substitutivo a projeto que permite apresentação de laudo médico para comprovar invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito.

### CCT Ministro e oposição de retrato

9h O ministro de Ciência e Tecnologia, Clelio Campolina, debate prioridades para 2014. Antes, haverá cerimônia de aposição do retrato de Eduardo Braga na galeria de ex-presidentes da comissão.

### RIO SÃO FRANCISCO Transposição

9h A comissão que acompanha a transposição do São Francisco promove audiência sobre o andamento das obras. Participa o ministro da Integração Nacional.

### CAE Áreas de livre comércio

10h A comissão vota mensagens sobre autorização de crédito externo no valor de US\$ 1,3 bilhão para São Paulo. Também analisa projeto que cria áreas de livre comércio em Corumbá e Ponta Porã (MS).

### CE Diplomas estrangeiros

11h O reconhecimento automático de diplomas expedidos por instituições de educação superior estrangeiras está na pauta da comissão, que também vota programa de combate ao bullying.

### CONGRESSO Glênio Bianchetti

12h Sessão solene do Congresso destinada a comemorar os 70 anos de vida artística do pintor Glênio Bianchetti.

### CMMC Estimativas do efeito estufa

14h30 Debate sobre emissão de gases do efeito estufa. A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas ouve representantes dos Ministérios da Ciência e do Meio Ambiente.

### CMO Crédito suplementar

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para deliberar sobre o projeto que autoriza crédito suplementar em favor do Ministério das Cidades.

### LIVRO Lançamento

18h30 O jornalista Tércio Ribas Torres lança o romance *Beleza Estranha* na Biblioteca do Senado.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, a reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; às 10h, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**, e às 12h, **sessão solene** do Congresso Nacional. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Para debatedores, polícia não está preparada para lidar com a imprensa

Representantes de empresas e de profissionais da imprensa defenderam qualificação de policiais para atuar especialmente em manifestações

**DEBATEDORES PRESENTES** EM audiência pública realizada ontem pelo Conselho de Comunicação Social defenderam a qualificação das polícias, especialmente em relação aos profissionais que atuam em manifestações públicas e em grandes eventos, a fim de diminuir a violência contra os profissionais de comunicação.

O diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, afirmou que as principais ameaças à imprensa vêm do crime organizado e do tráfico de drogas, mas ressaltou que, no último ano, as ações violentas de policiais contra os profissionais da área aumentaram muito.

— Não entendemos que os policiais tenham um propósito contra jornalistas, mas entendemos que não estão preparados para esse cenário [das manifestações] — explicou.

Antonik também chamou a atenção para a importância de treinamentos para os jornalistas, do aperfeiçoamento da legislação para reduzir a impunidade e da padronização das estatísticas para que a sociedade e os órgãos do governo tenham uma real dimensão das violações.

Representando a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a conselheira Maria José Braga disse que existe uma grande variação nos números sobre a violência contra os profissionais de comunicação e defendeu a criação, no âmbito da Secretaria de Direitos



À mesa com Fernando Cesar Mesquita, dom Orani João Tempesta preside audiência do Conselho de Comunicação Social

Humanos, do Observatório Nacional da Violência contra Comunicadores para se ter uma exatidão desses dados.

— Esse observatório também teria o papel de monitorar os desdobramentos e seria, no nosso entendimento, um órgão fundamental para combater a impunidade — disse.

A conselheira acrescentou que, além da violência externa, os jornalistas ainda sofrem violência interna nas redações, com pressões dos próprios colegas que exercem função de chefe ou por parte de proprietários dos veículos de comunicação.

## Comissões

Maria José explicou que outra proposta da Fenaj para diminuir as agressões e assassinatos de jornalistas é a criação de comissões de segurança nas redações para avaliar os riscos de violência

em cada cobertura jornalística e definir as medidas mitigatórias desses riscos.

A comissão, explicou, garantiria seguro de vida especial para os profissionais em viagens de risco e solicitaria cursos de treinamento, equipamentos individuais de segurança e suporte operacional, conforme a necessidade.

## Radialistas

Coordenador da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), José Antônio Jesus da Silva disse que os radialistas são os que mais sofrem violência e criticou o fato de esses profissionais não aparecerem nos levantamentos. Ele disse que é preciso discutir a proteção para todos os profissionais de comunicação.

Silva disse que dentro das empresas de comunicação e

do governo brasileiro, a questão não é discutida. Ele sugeriu que o Ministério da Justiça convoque os comunicadores para participar dos grupos de trabalho destinados a discutir as políticas de proteção desses profissionais.

— O Ministério da Justiça poderia chamar a Federação dos Radialistas e a Federação dos Jornalistas para discutir a questão da violência contra esses trabalhadores. Ele tem essa responsabilidade com os trabalhadores — disse.

Representando o Ministério da Justiça, o secretário nacional de Segurança Pública, Marcello Barros de Oliveira, ressaltou que quem perde com esse tipo de violência é a sociedade, que fica privada do direito de acesso à informação. Ele afirmou que o ministério tem cobrado a atuação dos estados nas investigações e nas respostas para as violações.

## Ancine diz que fiscalizará comerciais este ano

O superintendente de Fiscalização da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Tulio Faraco, afirmou ontem em reunião da Comissão de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação Social do Congresso (CSS) que a agência começará a fiscalizar os canais que veiculam publicidade contratada no exterior no segundo semestre deste ano. Segundo Faraco, o sistema de captura das obras publicitárias nos mais de 300 canais existentes no Brasil é complexo e está em fase final de implantação.

Os conselheiros decidiram fazer o debate após denúncias de que obras de publicidade originárias do exterior estariam sendo veiculadas no país sem o intermédio de agência nacional, como prevê a Lei 12.485/2011. Eles criticaram também a demora da Ancine

em iniciar a fiscalização.

— É uma lei de 2011, em que se faz uma instrução normativa para atualizar penalidades em 2011. Só que a instrução normativa para viabilizar essa captura de imagem e preparação só veio em 2013. Então, na verdade, não deixa de ser uma inércia do Estado — afirmou o conselheiro Alexandre Kruehl Jobim.

Faraco explicou que a lei ampliou muito o escopo de fiscalização da Ancine, criando mais de 29 obrigações. Afirmou ainda que o órgão tem 571 cadastros de obras publicitárias estrangeiras, das quais 147 sem intermediação de agência nacional. No entanto, segundo ele, apenas com a captura das obras publicitárias é que se pode provar

que houve infração legal.

— Sem a captura da obra a gente não consegue provar que houve uma infração administrativa — disse Faraco.

O superintendente afirmou, entretanto, que a Ancine pode instaurar processo administrativo se receber denúncias com provas contra canais que estejam infringindo a lei. Ele citou o exemplo de uma representação do Ministério Público sobre canais comunitários em que foi entregue um DVD com os conteúdos, permitindo à agência instaurar o processo administrativo.

Os conselheiros questionaram o motivo da demora e Faraco lembrou que a agência teve que rever as normas internas para determinar como seria feita a fiscalização, culpando ainda a burocracia do processo de licitação e a falta de servidores.



Tulio Faraco, da Ancine, participa de reunião com o conselheiro Gilberto Leifert

## Ana Amélia comemora 50 anos do jornal Zero Hora

Ao celebrar ontem os 50 anos do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, Ana Amélia (PP-RS) lembrou também a data de 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A senadora disse que o jornal gaúcho atinge hoje um público leitor de 1 milhão de pessoas, informando com isenção e responsabilidade, além de já ter mais de 8 milhões de usuários nos conteúdos de internet.

Sobre a liberdade de imprensa, Ana Amélia citou dados da entidade Freedom House segundo os quais, dos 197 países do mundo, 32% vivem em ambiente com liberdade, 35% com liberdade parcial e 33% sem liberdade.

— Lamentavelmente, na maior parte dos países da América do Sul, a liberdade de expressão tem enfrentado algumas resistências. Basta lembrarmos episódios de violência contra profissionais de imprensa que resultaram, por exemplo, na morte do cinegrafista da Band Santiago Andrade — disse a senadora.



Senadora também lembrou Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

## Sessão do Congresso homenageia artista Glênio Bianchetti

O Congresso Nacional faz homenagem hoje ao pintor brasileiro Glênio Bianchetti, morto em fevereiro deste ano, aos 86 anos. O pintor é considerado um dos mais importantes da arte brasileira contemporânea e terá seus 70 anos de vida artística lembrados pelos parlamentares.

Gaúcho de Bagé, Bianchetti veio para Brasília em 1962, a convite de Darcy Ribeiro, para dar aulas na recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Demitido durante o governo militar, só retornou à UnB em 1988.

A sessão solene é iniciativa do deputado Marco Maia (PT-RS) e do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e está marcada para as 12h, no Plenário do Senado.

Lei sancionada entra em vigor no dia 23 de junho, mas pontos importantes ainda precisam ser detalhados com o estabelecimento de regras pelo governo. Especialistas advertem que o acompanhamento público precisa ser mantido durante a regulamentação para evitar que pressão das grandes empresas reduza os direitos conquistados pelos internautas

# Marco Civil da Internet aguarda a voz da sociedade

Marcio Maturana

CEMORADO COMO UM avanço que põe o Brasil na vanguarda da garantia dos direitos dos internautas e da liberdade de expressão, o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) entra em vigor em 23 de junho, 60 dias depois de ter sido sancionado pela presidente Dilma Rousseff. Mas três questões importantes aguardam regulamentação, com estabelecimento de regras pelo Executivo: neutralidade da rede (artigo 9), proteção aos dados pessoais (artigos 10 e 11) e guarda dos registros de conexão e de acesso a aplicações (artigos 13 e 15).

No momento da sanção, Dilma anunciou que pretende discutir com a sociedade para preparar o texto final. Isso mantém o caráter democrático e participativo do marco civil, cuja elaboração foi aberta a contribuições antes mesmo de virar projeto no Congresso. A lei não depende da regulamentação para entrar em vigor e a regulamentação não pode ir contra a lei. Mas existe a possibilidade de as grandes empresas de internet aproveitarem o processo para pressionar de forma que o marco civil fique menos favorável aos usuários.

Neutralidade da rede, por exemplo, significa a garantia de navegação sem velocidades ou preços diferenciados de acordo com o conteúdo acessado (e-mail, sites, mensagens instantâneas, vídeos ou downloads). Teme-se que na regulamentação surja um número exagerado de exceções para preços maiores ou velocidades menores. Facebook e Twitter têm contrato



Senadores e representantes de organizações da sociedade civil comemoram em Plenário a aprovação do Marco Civil da Internet por unanimidade, no dia 22 de abril

com algumas operadoras de celular para conexão gratuita. Pela lei, isso será proibido. A regulamentação pode definir se ficará entre as exceções.

— Tão importante quanto a aprovação é uma boa regulamentação. Temos que ficar de olho, porque a batalha já está acontecendo — afirmou Ronaldo Lemos, representante da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social do Congresso e diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade, na Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele ajudou a idealizar o marco desde 1997 e vai participar das discussões sobre a regulamentação.

O governo ainda não marcou reunião e Lemos acredita que esteja sendo finalizado o conteúdo para apresentação de um cronograma. Mesmo depois que tudo for regulamentado, o advogado pretende acompanhar a aplicação do marco civil porque, diz ele, será o momento da interpretação pelo Judiciário.

## Sem data

A regulamentação não tem data-limite para ser concluída, como informou o consultor do Senado Marcus Martins. De acordo com ele, as reuniões com entidades e organizações acontecerão apenas se o governo quiser, já que a lei não

determina essa obrigatoriedade. — Sobre a neutralidade, a Casa Civil deve elaborar um decreto após ouvir o Comitê Gestor da Internet (CGI) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Uma das exceções para emergência deve ser a telemedicina, que precisa ter prioridade no tráfego. Entre as exceções para requisito técnico, devem ser observadas as particularidades de cada serviço. Para e-mail, um atraso de cinco segundos são imperceptíveis. Para vídeo em tempo real, faz diferença — explicou.

De acordo com o consultor, a regulamentação será feita em partes, com uso de decreto somente quando a lei explicita isso, como faz o artigo sobre neutralidade da rede. Para outros casos, pode haver uma portaria do Ministério da Justiça, uma resolução da Anatel ou outros instrumentos regulatórios. O CGI é um órgão com representantes do governo, setor privado e consumidores, o que aumenta a participação social na regulamentação.

Uma das questões mais importantes foi a privacidade pessoal. Martins diz que o artigo 7, com direitos e garantias dos usuários, tem avanços significativos, como o fato de os dados de registros só poderem ser abertos por ordem judicial ou quando o internauta autorizar.

Ao excluir o perfil no Face-

book, por exemplo, a pessoa tem o direito de solicitar que todos os dados pessoais sejam apagados dali. É o direito ao esquecimento. A última empresa que guardou os dados só poderá mantê-los com autorização individual. Hoje os dados são vendidos quase instantaneamente.

— Esses dados geram muito dinheiro. O que o Google faz? Pega todas as informações da sua pesquisa e vende para o comércio. Ai, se você pesquisou por um carro, começa a receber propaganda de carros, por e-mail, nas redes sociais ou na própria ferramenta de pesquisa. Em algum tempo, eles reúnem todos os seus hábitos de consumo, os seus interesses. Agora, graças ao marco civil, essas empresas só podem fornecer seus registros a terceiros se você permitir — afirmou o consultor.

## Vingança pornô

Quando um conteúdo ofensivo for postado por usuários, o provedor de internet não pode ser responsabilizado. Essa é uma forma de evitar a censura na internet. Mas há exceções: sem precisar de ordem judicial, deve ser retirado do ar tudo que infrinja a lei — pedofilia, racismo ou violência, por exemplo.

Há ainda a “vingança pornô”: postagem de fotos ou vídeos que violam a intimidade, sem autorização de divulgação, mesmo quando a gravação de

cenas de nudez ou atos sexuais foi consentida. Nesses casos, que já resultaram até em suicídio da pessoa exposta, o site ou provedor de conteúdo será punido se mantiver o material após pedido de retirada pela vítima, sem necessidade de intervenção da Justiça. Além disso, com a guarda obrigatória dos registros de conteúdo durante seis meses “em ambiente controlado e de segurança”, fica fácil para a polícia identificar o autor da postagem inicial e também quem transmitiu.

Ainda assim, há quem defenda que a guarda dos registros de conteúdo por seis meses ganhe restrições na regulamentação ou até seja alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI). Teme-se uma brecha para vigilância em massa, já que autoridade policial ou administrativa poderão requerer informações pessoais. Para evitar abusos nos acessos aos dados, a regulamentação pode definir quais autoridades obterão informações e quais prazos existirão para solicitá-las.

No dia da sanção, Dilma respondeu a 1,2 mil perguntas pelo Facebook e negou que a guarda de registros ponha em risco a liberdade individual ou a privacidade, alegando que o acesso será restrito e condicionado à decisão judicial.

— O armazenamento de dados não afeta a liberdade individual porque é vedada às empresas e aos governos a violação da privacidade de dados, seja no que se refere a pessoas, no que se refere às empresas e ao governo. Haverá um decreto regulamentando essa lei. Ele será discutido amplamente pela internet e com toda a sociedade para que nós possamos aprimorar cada vez mais esse dispositivo que assegura a privacidade, coibindo eventuais abusos — disse a presidente no chat do dia da sanção.

As empresas que descumprirem o Marco Civil da Internet poderão ser punidas com multas de até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil, no último exercício, excluídos os tributos. Também estão previstas penalidades como proibição de coleta e armazenamento de registros, suspensão temporária dessas atividades e advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

## Senado dispensou debate para a aprovação

O marco civil foi aprovado no Senado em menos de um mês, na véspera da sanção durante o evento NETmundial, que reuniu em São Paulo representantes de mais de 90 países para debater a gestão da internet. A intenção era aproveitar o momento em que o Brasil era foco das atenções. Na Câmara, porém, foram três anos de discussão, com audiências públicas em todo o país e sugestões enviadas pela internet. Isso levou alguns senadores, principalmente os de oposição, a criticar o que classificaram como pressão no Senado, destacando que muitos pontos poderiam ser aprimorados.

Mesmo entre senadores da base aliada havia intenção de melhorar o texto. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por exemplo, havia apresentado nove emendas. Retirou todas para permitir que a aprovação acontecesse a tempo de a lei

ser sancionada no NETmundial. Ela pretende apresentar as sugestões de mudança na forma de projetos de lei.

— Vamos continuar a avançar. É uma boa lei, entretanto queríamos que alguns pontos fossem mais avançados. Foi um primeiro passo reconhecido por todos, inclusive pela oposição, que inicialmente não queria votar o projeto, mas votou — afirmou a senadora.

## Espionagem

Vanessa presidiu a CPI da Espionagem, que, de setembro a abril, investigou denúncias de que o governo dos Estados Unidos teria monitorado milhões de e-mails e telefones no Brasil, inclusive os da presidente Dilma Rousseff. Entre os projetos que a senadora pretende apresentar para aprimorar o marco civil, está o aumento da segurança para

guarda dos dados dos usuários, preservando a intimidade e a privacidade dos internautas, e a definição de que a guarda dos dados públicos da União, dos estados e dos municípios tem que ser feita em centro instalado em território nacional.

— Como justificar que os dados do nosso sistema financeiro, do nosso sistema energético, ou mesmo as bases de dados dos nossos cidadãos fiquem hospedados em outros países? — questionou Vanessa.

A proposta original do governo previa a manutenção em território nacional da estrutura de armazenamento de dados, os chamados *data centers*. Mas essa parte foi derrubada na votação do projeto na Câmara. No dia da sanção, Dilma afirmou que o governo não pretende editar nenhuma legislação fora do marco civil para regulamentar essa questão.



Entre o conselheiro do CGI Rafael Moreira e o diretor da Cloud Security Paulo Pagliusi, Vanessa preside a CPI da Espionagem

## Direitos autorais terão leis específicas

Especialistas não veem com simpatia o apelido “constituição da internet” para o marco civil. Ele não esgota o assunto, mas estabelece conceitos onde se apoiarão leis futuras sobre o mundo digital. Muita coisa pode ser detalhada com leis específicas. É o caso dos direitos autorais, discutidos há mais de sete anos para combater principalmente a pirataria de músicas, filmes e livros. Ronaldo Lemos informou que um texto do governo foi submetido a consulta pública e está sendo analisado pelo Ministério da Cultura para elaboração de projeto. O tema foi retirado da proposta inicial do marco civil ainda na Câmara.

Também aguarda lei específica a proteção dos dados pessoais, apesar dos mecanismos já citados no marco civil.

— O assunto é muito complexo. Um projeto elaborado

pelo Ministério da Justiça está sendo analisado pelo Ministério do Planejamento. Nem chegou ao Congresso ainda porque aguarda definição do governo — explicou Lemos.



Ronaldo Lemos apoia a elaboração de novos projetos para temas mais complexos

## Para regulamentar

### NEUTRALIDADE DE REDE

Decreto presidencial vai definir exceções à neutralidade da rede, que devem existir somente em dois casos: para priorizar serviços de emergência ou para atender requisitos técnicos indispensáveis.

O decreto será elaborado após consulta ao Comitê Gestor da Internet (CGI) e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Normalmente, provedores de internet não podem discriminar serviços em detrimento de outros, reduzindo a velocidade de conexão ou cobrando preços diferentes.

### DADOS PESSOAIS

Regras vão garantir a preservação da privacidade, da honra e da imagem do usuário, tal como a confidencialidade das comunicações particulares.

Provedores de internet terão que informar de forma clara medidas de segurança que respeitarão padrões definidos, além de informações sobre o cumprimento das normas.

Mesmo se o provedor estiver fora do Brasil, terá que ser respeitada a lei brasileira quando o usuário estiver em território nacional ou o ato for cometido no país.

Decreto vai definir o procedimento para apurar infrações.

### GUARDA DE REGISTROS DE CONEXÃO E ACESSO A APLICAÇÕES

Registros de conexão dos usuários devem ser guardados pelos provedores de acesso durante um ano, sob sigilo e em ambiente controlado de segurança.

Para garantir o anonimato, sem informações sobre o usuário, serão guardadas apenas as horas inicial e final de cada acesso e a identificação do computador (o número IP, de internet protocol).

Anônimo só poderá ser quebrado se houver ordem judicial. Durante seis meses, os provedores deverão guardar, também sob sigilo e em ambiente controlado de segurança, os registros de acesso a aplicações — se o usuário usou navegador, Skype, WhatsApp ou outro aplicativo.

Os prazos poderão ser estendidos mediante requerimento de autoridade policial ou administrativa ou do Ministério Público.

## Saiba mais

Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet)  
<http://bit.ly/Lei12965de2014>

Estudo da Consultoria do Senado  
<http://bit.ly/aspectosLei12965>

Programa de rádio Café com a Presidenta (28/4)  
<http://bit.ly/cafePresidenta28abr> (arquivo mp3)

Bate-papo ao vivo (hoje às 15h) com Paulo Rená, gestor do processo de elaboração coletiva do marco civil  
<http://bit.ly/duvidasMarcoCivilInternet>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Representando os senadores, Suplicy (2º à esq.) recebe documento com 350 mil assinaturas pedindo a aprovação do marco civil

# Senado recorre ao Pleno do STF contra CPI exclusiva

Documento elaborado pela Advocacia-Geral da Casa diz que decisão liminar tomada pela ministra Rosa Weber impediu, de maneira preventiva e precoce, que o Legislativo decidisse sobre o assunto

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recorreu ontem ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão da ministra Rosa Weber que determinou a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar exclusivamente denúncias relacionadas à Petrobras. O recurso, elaborado pela Advocacia-Geral do Senado, afirma que a decisão é uma “grave ingerência de um Poder sobre o outro”.

Renan pede que o Plenário do Supremo revogue a decisão da ministra, por entender que os parlamentares da Minoria não têm direito líquido e certo à instalação da CPI para investigar exclusivamente a Petrobras. Além disso, os advogados afirmam que a deliberação sobre a criação da CPI é matéria interna do Congresso e não pode ser decidida pelo Judiciário.

“Com efeito, a decisão liminar obstaculizou a deliberação da matéria [se se instalavam duas CPIs concomitantemente, ou somente uma, com



Navio petrolífero em Santos (SP): CPI vai investigar possível má gestão na estatal

objeto ampliado] pelo Plenário do Senado, impedindo que o mesmo viesse a decidir. Em caráter preventivo — e precoce, porque não havia ameaça a direito de quem quer que seja — subtraiu-se do Legislativo que deliberasse e decidisse sobre a questão”, destaca o documento.

Na semana passada, Renan convocou os líderes dos partidos para que indiquem representantes para integrar a CPI. O presidente do Senado convocou para hoje uma reunião com os líderes do Senado e da Câmara dos Deputados para discutir o assunto. É pre-

ciso definir se a comissão será apenas do Senado ou mista, com presença de deputados federais.

Governo e oposição seguem em desacordo em relação à questão. Ontem, os líderes do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), e o do DEM, José Agripino (RN), voltaram a defender a CPI mista. Por sua vez, os governistas não desistem de uma CPI apenas no Senado, como lembrou Anibal Diniz (PT-AC). Por terem as maiores bancadas, PT e PMDB têm prioridade na escolha de postos-chaves da CPI.

(Com Agência Brasil)

## Agripino acusa Dilma de fazer campanha eleitoral antecipada



Lin de Paula/Agência Senado

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), comunicou que o partido entrou ontem com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral contra a presidente da República, Dilma Rousseff, pela prática de campanha eleitoral antecipada.

Na opinião do senador, a presidente usou o pronunciamento aos trabalhadores no Dia Internacional do Trabalho, em 1º de maio, em cadeia nacional de rádio e televisão, para fazer campanha eleitoral.

— Eu estou repetindo as palavras de Sua Excelência, a presidente: ‘Anuncio ainda que assumo o compromisso de continuar a política de valorização do salário mínimo’. Isso é discurso de candidato à reeleição. Ele está, portanto, usando a prerrogativa, paga com recurso público, infringindo artigo da legislação eleitoral para fazer campanha política antecipada — afirmou.

## Acir Gurgacz: União precisa ajudar a reconstruir Rondônia



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que Rondônia precisa da ajuda do governo federal para a reconstrução do estado no período de pós-enchente.

— Agora, com as águas retrocedendo lentamente, as pessoas tentam voltar para casa, mas muita gente nem casa tem mais — afirmou.

Alguns distritos, segundo o senador, nem sequer podem ser reconstruídos.

Gurgacz falou também sobre dificuldades na exportação do pescado em Rondônia. A mudança no sistema de emissão do certificado sanitário nacional e das guias de transporte de produtos de origem animal feita pelo Ministério da Agricultura, disse, tem causado o problema. Gurgacz informou que os técnicos estaduais e federais estão buscando uma alternativa para solucionar a questão.

## Interlegis debate transparência com assembleias legislativas

Ângela Portela (PT-RR), segunda-secretária do Senado, e Lúcia Vânia (PSDB-GO), ouvidora da Casa, vão abrir encontro de representantes estaduais do Interlegis e das Escolas do Legislativo debatendo os temas da transparência e da modernização do Parlamento. O 5º Encontro de Representantes Interlegis e o 23º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) será realizado hoje e contará com as presenças do diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, da diretora do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Elga Lopes, e do presidente da Abel, Florian Madruga.

Depois das boas-vindas de Ângela Portela, representando a Mesa do Senado, Lúcia Vânia fará uma palestra sobre “Ouvidoria no Legislativo”. A parlamentar vai abordar não apenas a sua experiência na Ouvidoria do Senado, como também enfatizar a necessidade de que todas as Casas legislativas construam esse canal de comunicação com o público externo.

O coordenador de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo do ILB/Interlegis, Francisco Etelvino Biondo, ao discutir o tema “A transparência no Legislativo”, vai analisar o impacto da legislação atual no trabalho de câmaras e assembleias.

O Interlegis conta com um representante em cada assembleia legislativa esta-

dual e em algumas câmaras municipais de capital. Servidores das Casas, preferencialmente efetivos, fazem a ligação entre a sede do programa e os estados. Para o encontro de hoje, confirmaram presença os representantes de 16 assembleias e de 3 câmaras. Na parte da tarde, eles farão uma reunião técnica com coordenadores e outros técnicos do Interlegis para debater mudanças, atualizações e outras questões.

De hoje a quinta-feira, será promovido em Brasília, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), a 18ª Conferência da União

**Programa Interlegis tem um representante em cada assembleia legislativa**

Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), que é o maior encontro do gênero na América Latina. O ILB/Interlegis vai ter um estande para a

demonstração de produtos e serviços, tanto dos produtos tecnológicos como dos cursos a distância, e até assinatura de convênios.

Amanhã, haverá o lançamento do livro *Casas Legislativas do Brasil — o Congresso Nacional e as assembleias estaduais*, produzido pelo Interlegis, com o apoio da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e da Gráfica do Senado. Trata-se de uma edição rara, de tiragem limitada, com um pouco da história e registros fotográficos das sedes do Congresso Nacional — Senado e Câmara dos Deputados — e das assembleias legislativas de todo o Brasil.



Lin de Paula/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ouvidora, Lúcia Vânia vai abrir o evento com Ângela, segunda-secretária

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner  
**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Sílvio Burle  
**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

# Debatedores apontam que contas do governo escondem realidade

Artifícios contábeis, chamados de contabilidade criativa, estariam sendo usados para elevar o resultado do superávit primário

O GOVERNO FEDERAL usa manobras contábeis — que vêm se convencendo chamar de contabilidade criativa — para esconder a expansão da despesa pública, do déficit e da dívida governamentais. A conclusão é de Cristovam Buarque (PDT-DF) após ouvir especialistas em finanças e transparência pública em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O crescimento dos restos a pagar (despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro), a postergação de transferências de receitas para estados e municípios e a prorrogação de repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) foram alguns dos pontos criticados durante o debate.

— A audiência mostrou que o governo está usando artifícios para esconder a realidade da economia. Essa contabilidade criativa se esgota. Eu temo que, quando isso estourar, a insatisfação popular irá às ruas com uma força nunca vista antes — disse o senador.

Conforme dados apresentados pela Associação Contas Abertas, os restos a pagar incluídos no Orçamento de 2014 da União somam R\$ 218,4 bilhões. Em 2013, esse montante foi de R\$ 176,7 bilhões. Apesar de os restos a pagar superarem os R\$ 200 bilhões, o governo só tem à disposição R\$ 33,6 bilhões de anos anteriores para gastar imediatamente. O valor refere-se a verbas que já passaram pela fase de liquidação e podem ser executadas a qualquer momento.

## Superávit inflado

De acordo com a jornalista Dyelle Menezes, da Contas

Abertas, a prática do governo de prorrogar pagamentos previstos de um ano para o outro colaborou para elevar o resultado do superávit primário de 2013.

— O resultado primário foi inflado por manobras orçamentárias. Essa passagem do Orçamento de um ano para o ano seguinte fere o princípio da anualidade e forma um orçamento paralelo. Um exemplo disso é que, dos R\$ 42 bilhões investidos no ano passado, apenas R\$ 16 bilhões eram do Orçamento do ano. Isso é uma bola de neve! — advertiu Dyelle.

Segundo a organização não governamental, as contas do governo carecem de transparência. Mesma opinião manifestou Mansueto Almeida, especialista em finanças públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea). Segundo ele, os restos a pagar vêm sendo utilizados para inflar artificialmente o resultado primário.

— O governo não paga, ele espera a virada do ano para pagar. É muito claro que foi isso que ocorreu este ano. A despesa do setor público em janeiro é menor do que a de dezembro. Neste ano, foi o contrário porque o governo repesou várias das despesas de 2013 para janeiro de 2014. Resto a pagar é um problema porque o governo pode empenhar tudo que é obrigatório na área de educação e saúde e ele pode atrasar bastante o pagamento — apontou.

## Caixa Econômica

Já o diretor-executivo de Controladoria da Caixa Econômica Federal, Paulo Henrique Costa, negou que o banco tenha encerrado ilegalmente contas inativas e confiscado R\$ 719 milhões de recursos de depositantes da caderneta de poupança no ano passado, quando cerca de 500 mil contas foram encerradas.

Os recursos dessas contas foram registrados como receitas operacionais, o que elevou o lucro líquido da Caixa em R\$ 420 milhões no balanço de 2012 (depois do pagamento de tributos).

Costa enfatizou que o encerramento ocorreu conforme as regras determinadas pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional, sem nenhuma ilegalidade.

## Alvaro manifesta preocupação com desemprego

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou ontem preocupação com os índices de desemprego, que, na opinião dele, devem ser menos favoráveis do que o governo anuncia. O senador chamou a atenção para a suspensão de uma pesquisa do IBGE sobre o mercado de trabalho por temor de notícias desfavoráveis ao governo em ano eleitoral. Alvaro pediu controle de fraudes no seguro-desemprego e criticou a prática de contabilidade criativa pelo governo.

— A sociedade, grande vítima da gestão econômica, já amarga no dia a dia o retorno da inflação. Em face da contabilidade criativa, os agentes econômicos perdem confiança nos números do governo e passam a ter incerteza quanto à situação das finanças públicas — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para o senador, sociedade já sente os efeitos da volta da inflação

## Amapá tem momento positivo na economia, diz Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou ontem que a economia do Amapá atravessa um momento positivo. Em 2012, citou, o comércio varejista amapaense cresceu 17,7%, o segundo maior índice do país, e, neste ano, o crescimento já é de 3,8%. Nos últimos três anos, o estado criou 16.903 empregos com carteira assinada.

Segundo o senador, isso motivou o empresariado local a ampliar investimentos e atraiu lojas como a C&A e as Americanas. Além disso, duas empresas aéreas passaram a interligar Macapá com o restante do país.

— Essas empresas trabalham com pesquisas de mercado de médio e longo prazo. A estabilidade política também atrai investimentos. Portanto, queria parabenizar o governador Camilo Capiberibe e a sua equipe — concluiu o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe destaca investimentos estaduais em infraestrutura



Em audiência presidida por Cristovam (2º à esq.), representante do Ipea diz que restos a pagar inflam superávit primário

## Comissão deve votar hoje R\$ 3 bi em empréstimos para São Paulo

Quatro empréstimos para o estado de São Paulo, no valor global de US\$ 1,37 bilhão, correspondente a R\$ 3,06 bilhões, deverão ser votados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na reunião anterior, após a leitura dos relatórios favoráveis às operações, o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu vista coletiva dos pedidos.

Um dos empréstimos, de 300 milhões de euros, deverá ser contratado com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para financiamento parcial da implantação da linha 13 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) até o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP). O relator é Alvaro Dias (PSDB-PR).

Também é solicitada autorização para o estado assinar contrato de US\$ 204 milhões

com a Corporação Andina de Fomento (CAF) para o financiamento parcial do sistema de macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu. A relatora é Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A terceira operação, relatada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), no valor de US\$ 480,14 milhões, deverá ser assinada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos se destinam ao financiamento parcial da primeira fase do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo.

São Paulo também poderá assinar com o BID contrato de empréstimo de US\$ 270 milhões para o fortalecimento da gestão estadual de saúde. O relator é José Agripino (DEM-RN).

Todas as operações deverão ser submetidas a votação no Plenário do Senado.

## Reunião pode dar crédito de R\$ 113 mi para ministério

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne hoje, às 14h30. Está em pauta o projeto (PLN 2/2014) que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para o Ministério das Cidades. Segundo o governo, o dinheiro será usado em projetos de melhoria das condições sanitárias, de habitação e de mobilidade urbana.

Os parlamentares apresentaram emendas beneficiando com recursos dezenas de municípios e estados. Entretanto, o voto do relator, deputado federal Waldenor Pereira (PT-BA), favorável à proposta, é pela rejeição de 33 emendas, visto que implicariam alteração significativa do projeto, com “evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalho”.

## Fortaleza reivindica transporte público de qualidade

A defesa de investimentos em transporte público de qualidade marcou a audiência pública realizada pela Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, na semana passada, em Fortaleza.

De acordo com Inácio Arruda (PCdoB-CE), presidente do colegiado, esse tema tem dominado os debates.

— Querem qualidade. Fortaleza está exigindo muita qualidade. Em Porto Alegre, tivemos discussão sobre a qualidade do serviço do transporte público e o limite dos metrô. Os metrô construídos têm linhas pequenas. Em Fortaleza, é uma única linha, praticamente, que nós temos operando atualmente. As novas linhas estão em construção e eles querem ampliar — disse.

# Senado debate andamento de obras no São Francisco

Comissão especial promove audiência pública sobre a construção dos canais, que devem ser entregues em 2015. O ministro da Integração Nacional deverá falar sobre ritmo dos trabalhos

O ANDAMENTO DA transposição do Rio São Francisco será tema de audiência pública hoje na comissão criada no Senado para acompanhar o projeto.

Foram convidados o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira; a secretária de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias do Tribunal de Contas da União, Juliana Pontes Monteiro de Carvalho; e o diretor de Auditoria de Infraestrutura da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosa da Silva.

O objetivo é acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes ao projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Segundo o governo federal, 55,5% do total das obras já está pronto. O compromisso é concluir até 2015 o projeto, orçado em cerca de R\$ 8 bilhões. São 477 quilômetros



Barragem de Jati (CE) integra projeto de levar as águas do rio ao semiárido

de canais, formando os eixos norte, que vai de Cabrobó (PE) a Cajazeiras (PB), e leste, com início em Floresta (PE) e término em Monteiro (PB), para levar água ao semiárido nordestino.

O Ministério da Integração prevê a entrega de 100 quilômetros de canais em cada eixo em dezembro deste ano. As obras, iniciadas em 2007,

incluem ainda a recuperação de 23 açudes, construção de 27 reservatórios, 9 estações de bombeamento, 14 aquedutos e 4 túneis exclusivos para a passagem da água.

Entre os assuntos da audiência, deve estar o cronograma, que inicialmente previa a entrega das obras para 2012.

A reunião começa às 9h, na Ala Alexandre Costa, sala 7.

## Funai poderá avaliar créditos de carbono

A geração de créditos de carbono em terras indígenas deverá ter parecer da Fundação Nacional do Índio (Funai) em todas as etapas. É o que prevê substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) apresentado ao Projeto de Lei do Senado 95/2012, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que faz parte da pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA). O parecer deve levar em conta aspectos como o consentimento da comunidade, equidade na repartição dos benefícios e respeito ao conhecimento tradicional dos povos indígenas.



Vital do Rêgo entende que a Funai deve participar de todo o processo

No texto original, Vital sugere que a Funai se manifeste apenas na última fase do pro-

cesso, a de comercialização dos títulos. Já no substitutivo, Viana considera necessário maior envolvimento da fundação, para evitar frustrações nas comunidades envolvidas.

### Resíduos sólidos

Outra proposta na pauta da CMA é o PLS 148/2011, que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) para regular o descarte de medicamentos. De Cyro Miranda (PSDB-GO), o projeto obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a recolher os produtos após o uso.

## Ruben Figueiró defende novo regime jurídico para a Embrapa

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) precisa de um novo regime jurídico para melhor cumprir sua missão.

Ele disse que a empresa, criada no início dos anos 70, vinha funcionando bem até 1985. A partir daquele ano, no entanto, começou a ter problemas e hoje sofre com o baixo orçamento, a redução da autonomia e a falta de agilidade e flexibilidade administrativas. Além disso, vem perdendo espaço para empresas estrangeiras do setor que começaram a atuar no país.

Figueiró disse que tudo isso desmotivou os funcionários e pesquisadores da Embrapa, que há algum tempo debatem a necessidade de a empresa ser transformada numa autarquia especial.

A mudança, afirma o senador, traria independência administrativa, ausência de

subordinação hierárquica, mandato fixo para os dirigentes, flexibilidade de gestão, independência técnica normativa orçamentária e financeira e valorização do corpo de funcionários com forte atrativo às novas gerações, diante da possibilidade de aumento de salários sem aumento da despesa pública. Para Figueiró, esses pontos positivos dariam à empresa condições de desenvolver melhor o trabalho de pesquisa agropecuária.



Para o senador, empresa precisa de mais autonomia e de mais recursos

## Comissão sobre mudanças climáticas discute efeito estufa

As estimativas de emissões de gases geradores de efeito estufa no Brasil são tema de debate hoje na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Para a reunião, foi convidado Osvaldo Luiz Leal de Moraes, da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação. Também deverão participar representantes do Observatório do Clima e do Ministério do Meio Ambiente.

A preocupação com os gases de efeito estufa tem sido constante na comissão. No final de abril, debatedores lembraram que em 2010 a emissão de gás carbônico foi a maior da história.



Presidente da CMMC, deputado Sirkis (C) comandou reunião semana passada

## Proposta que estabelece novas regras para criação de cidades está na pauta do Plenário

A pauta do Plenário de hoje está trancada por duas medidas provisórias (MPs) com prazos de vigência já prorrogados e que se encerram em 2 de junho. Na quarta-feira, a falta de acordo impediu a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2014, oriundo da MP 630/2013, que estende o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) a todas as licitações públicas.

Também deixou de ser votado o PLV 3/2014, oriundo da MP 631/2013, que transfere recursos da União a

estados, Distrito Federal e municípios para execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastres.

No total, a pauta do Plenário tem 47 itens. Entre eles, o PLS 104/2014 — Complementar, que dispõe sobre o procedimento para a criação de municípios. O projeto foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-

RR) como alternativa a uma proposta anterior (PLS 98/2002 — Complementar), integralmente vetada pela presidente Dilma Rousseff.

## Reconhecimento de diplomas universitários estrangeiros deverá ser menos burocrático

O reconhecimento automático no Brasil de diplomas de graduação, mestrado ou doutorado expedidos por instituições de educação superior estrangeiras está na pauta de votações da Comissão de Educação e Cultura (CE) de hoje.

Primeiro item da pauta, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), incumbindo as universidades públicas do reconhecimento dos diplomas estrangeiros e a divulgação da lista

de cursos abrangidos na revalidação.

A LDB já tratava do reconhecimento dos diplomas de brasileiros que estudaram no exterior, que deveria ser feito pelas universidades do país. No entanto, observa o autor do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-PR), os procedimentos adotados variavam entre as instituições de ensino e, com isso, muitas vezes se tornavam “caros, pouco transparentes, demorados e arbitrários”. A ideia do projeto é agilizar e desburocratizar o processo.